

Diálogo entre docentes e gestores sobre os impactos do Sistema Permanente de Avaliação Básica do Ceará

Alana Kelly Rodrigues Lima¹
Maria Raqueliane de Melo Martins²
Jaiane Tatiele Alexandre Barboza Soares³
Marcos Adriano Barbosa de Novaes⁴

RESUMO

Sendo a avaliação uma das etapas do processo pedagógico, é importante considerá-la dentro do contexto da escola e do trabalho docente. Tendo isso em vista, o presente estudo busca compreender, a partir das perspectivas de professores e gestores, os valores e as ideias atribuídas ao Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) no interior das instituições escolares como instrumento avaliativo. Além disso, descreve uma breve apresentação da trajetória da avaliação educacional regulada pelo Estado brasileira e promove reflexões críticas referentes às suas implicações no cotidiano escolar, bem como da prática pedagógica. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, com a aplicação de um formulário, respondido por dezesseis professores de múltiplos anos do Ensino Fundamental. Ao final, constatamos que o SPAECE ocupa espaço fundamental no processo pedagógico, mas que não reflete as reais condições de aprendizagem e conhecimentos adquiridos, tampouco a qualidade da educação brasileira.

Palavras-chave: Avaliação, Educação Básica, SPAECE.

INTRODUÇÃO

O campo de estudos das avaliações educacionais abrange diversas subáreas⁵ e, no Brasil, as encontramos em três níveis: nacionais, estaduais e municipais; no entanto, neste estudo, nos limitaremos a analisar a avaliação estadual específica do Ceará que é o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). Assim sendo, é sabido que as reflexões sobre avaliações têm merecido cada vez mais dedicação por parte dos pesquisadores, visto que estão cada vez mais presente em nossas escolas, isto é, ocupam um lugar proeminente nas políticas educacionais no Brasil, sobretudo no Ceará, que é o cerne deste estudo. Em razão disso, nos questionamos se as avaliações são concebidas na escola como um mecanismo que

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, alana.kelly@aluno.uece.br;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, maria.raqueliane@aluno.uece.br;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, jaianetatiele@gmail.com;

⁴ Professor orientador: Mestre em Educação, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM/UECE, marcos.novaes@uece.br

⁵ A exemplo da avaliação de sistemas educacionais, avaliação de desempenho escolar em nível de sala de aula, avaliação institucional, avaliação de programas, autoavaliação; e muitas abordagens teóricas como, por exemplo, sistêmica, compreensiva, participativa, entre outras.

subvenciona reflexões com a finalidade de melhorar a aprendizagem dos alunos ou se representa, simploriamente, um medidor de qualidade com base nos resultados.

Nesta lógica, objetivamos analisar qual papel é atribuído às avaliações educacionais, dando ênfase ao SPAECE, nas escolas de Educação Básica no interior do estado do Ceará, a partir das perspectivas de professores e gestores dessas instituições, levando em considerações suas posições dentro da hierarquia escolar. Ademais, pretendemos compreender se esses profissionais da educação acreditam na supracitada avaliação como uma maneira eficaz e real de avaliar os alunos. Para mais, também intencionamos gerar reflexões críticas acerca dos impactos positivos e negativos do SPAECE na prática pedagógica dos educadores.

Para melhor entendimento, realizamos uma breve apresentação da trajetória da avaliação educacional como ação estatal no Brasil, refletindo sobre suas funções e impactos, a seguir, desenvolvemos um sucinto histórico do SPAECE, considerando seus objetivos e as situações política e econômica nas quais foi criado. E, por fim, apresentamos as respostas principais obtidas através do formulário respondido por professores e gestores do Ensino Fundamental.

METODOLOGIA

Tendo em vista a emergência de discussões acerca das avaliações educacionais, especificamente o SPAECE neste estudo, suas interferências no cotidiano escolar e nas atividades pedagógicas, realizamos uma pesquisa de caráter qualitativa, utilizando um questionário criado e compartilhado na plataforma Formulários Google destinada a professores e gestores do Ensino Fundamental.

O formulário é composto por oito perguntas sobre as concepções desses profissionais sobre a eficácia do SPAECE como método significativo de avaliação, também a respeito do que se procura identificar nos alunos e na escola, se ele interfere na rotina escolar e qual a importância dessa avaliação para a escola, além de questões relacionadas de atuação dentro do ambiente escolar. Obtivemos respostas de dezesseis educadores das cidades de Itaiçaba, Limoeiro do Norte, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Morada Nova e Tianguá, todas do estado do Ceará.

A partir desse formulário, intencionamos compreender se esses profissionais da educação acreditam na supracitada avaliação como uma maneira eficaz e real de avaliar os alunos. Para mais, também procuramos gerar reflexões críticas acerca dos impactos positivos e negativos do SPAECE na prática pedagógica dos educadores. Após receber as respostas,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

analisamos tomando como referência o objetivo proposto pelo trabalho que, sucintamente, é compreender as concepções de professores e gestores a respeito da eficácia do SPAECE como instrumento de avaliação.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL NO CONTEXTO DAS AÇÕES ESTATAIS

A avaliação educacional no Brasil tal como conhecemos hoje não é algo recente, representa um mecanismo utilizado desde o período Jesuítico em 1500. Assim como nos dias atuais, seu uso se dava apenas no interior das práticas pedagógicas como uma ferramenta para acompanhar, controlar e mensurar o rendimento escolar dos alunos, portanto era objeto de interesse apenas dos atores educacionais. Todavia, nas últimas décadas a avaliação deixou de ser objeto de interesse apenas dos profissionais da educação e passou a ser concebida como uma questão de interesse do governo, com a finalidade de [...] atender as funções mais abrangentes de dimensões política e social da educação. (Gomes, 2011, p.85). No contexto brasileiro, esse interesse foi prenunciado ainda na década de 1930, quando houve um expressivo impulso à “ciência e à “técnica” de mensurar a educação e a crescente necessidade de realizar pesquisas estatísticas para orientar o planejamento educacional.

A vista disso, é relevante evidenciarmos que

O interesse estatal pela avaliação [...] somente ao final dos anos de 1980 culminou no delineamento de um sistema nacional de avaliação que propunha articular medida, avaliação e informação educacionais e estas ao planejamento da área. (FREITAS, 2007, p.51)

Dessa forma,

[...] foram necessárias mais ou menos cinco décadas para que a avaliação (externa, em larga escala, centralizada e com foco no rendimento do aluno e no desempenho dos sistemas de ensino) viesse a ser introduzida como prática sistemática no governo da educação básica brasileira. (FREITAS, 2007, p.51)

Nessa perspectiva, Freitas (2007) faz um resgate acerca do complexo processo pela qual permitiu a consolidação da avaliação como ação estatal. Desse modo, para melhor compreender o trajeto percorrido pela avaliação até sua consolidação, a autora dividiu as fases e os contextos em que a mesma foi sendo empregada. Os períodos são: “A emergência da ‘medida-avaliação’ na pesquisa em educação”, a “instituição da medida-avaliação-informação como norma de uma Nova Regulação Educacional”, “Estado-Educador brasileiro e sua atuação como Estado-avaliador”. Diante disso, tais períodos serão utilizados como referência para compreendermos a evolução e os contextos em que Avaliação Educacional foi utilizada no território brasileiro.

A primeira fase nomeada como “A emergência da ‘medida-avaliação’ na pesquisa em educação” é caracterizada, sobretudo, pelo incentivo às pesquisas educacionais e pelas iniciativas de implementação de mecanismos de avaliação com o intuito de manter o Estado informado acerca dos dados relativos à educação. Visto que, necessitavam de uma ferramenta que aferisse sistematicamente a realidade educacional e proporcionasse dados estatísticos mais precisos que subsidiassem os planejamentos educacionais e o desenvolvimento de políticas públicas que estivessem em consonância com a realidade sócio educacional.

Portanto, com o objetivo de deixar o Estado inteirado da situação educacional surgiram as primeiras iniciativas utilizando a avaliação como mecanismo de coleta de dados e informações acerca da educação, como é o caso do Programa de expansão e melhoria da educação no meio rural do nordeste - EDURURAL que realizou a aferição do rendimento escolar por meio de uma avaliação aplicada nos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco, nos anos de 1981, 1983 e 1985 e o Projeto “Avaliação do Rendimento de Alunos de Escolas de 1º grau da Rede Pública” realizado em alguns estados brasileiros nos anos de 1987 a 1989, com vistas, também no rendimento escolar dos alunos.

A seguir, a fase “A instituição da ‘medida-avaliação-informação’ como norma de uma nova regulação educacional”, que foi resultado das articulações da etapa anterior é marcada principalmente pela elaboração, institucionalização, desenvolvimento e a consolidação formal do Sistema de Avaliação da Educação Básica- SAEB⁶. Esta fase, demarcada no período de 1988-2002, demonstra a conjunção de empenhos e recursos para a elaboração de um mecanismo que fosse capaz de medir, avaliar e informar e que também estivesse apto para contribuir na efetivação da reforma da gestão da Educação Básica.

Nessa perspectiva, para melhor compreender esta fase, é relevante evidenciarmos alguns dos principais marcos que definiram o novo panorama da avaliação educacional em larga escala reunidos por Freitas (2007). Dentre eles estão a proposta de estruturação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público (SAEP) em 1988 pelo PL nº1.158; Instituição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), portaria nº. 438, de 28/05/1998; Instituição do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), portaria n. 2270, de 14/8/2002. E, por fim, em 1992 o SAEP passa a denominar-se Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) pelo PL do senado nº 67/1992.

⁶ O SAEB foi regulamentado pela portaria nº 1.795, de 27 de dezembro.

Além disso, é importante mencionar que o governo também se encarregou de criar novos canais, ao induzir os estados a criarem seus próprios instrumentos de avaliação educacional. A exemplo disso, temos o estado do Ceará que, em 1992, instituiu o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), ao qual nos deteremos posteriormente; O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), do mesmo ano; e o Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE) constituído em 2000. Nesse contexto, percebemos que o período de 1988-2002 foi extremamente fértil e propício para a criação e implantação de estratégias que possibilitaram que a avaliação educacional tivesse um grande avanço em território brasileiro.

Por fim, a fase “Estado-Educador brasileiro e sua atuação como Estado-Avaliador”, que é resultado dos esforços demonstrados nas fases anteriores. Mediante a trajetória acerca do progresso da avaliação educacional em larga escala em território nacional, ficou claro que:

[...] o tempo, o contexto, as influências de matriz econômica e de mercado, o interesse local em desenvolver metodologias que pudessem respaldar com veracidade e cientificidade a realidade educacional, o interesse em alavancar o crescimento e modernização do Estado e as pressões desencadeadas pelas diversas categorias sociais pela qualidade do ensino, movimentaram e repercutiram para que a avaliação passasse a ser utilizada como meio de forçar mudanças nos sistemas educativos nacionais. (GOMES, 2011, p. 82, grifo nosso)

Nesse sentido, o Estado brasileiro a partir da força da lei, como destaca Freitas (2007) tem induzido algumas ações, dentre elas, o uso da avaliação como ferramenta para impor e disseminar uma lógica gerencial, que ao ser incorporada a educação é caracterizada, sobretudo, pela

[...] descentralização, baseada numa concepção de que enfatiza ganhos de eficiência e efetividade, reduz custos e aumenta o controle e a fiscalização dos cidadãos sobre as políticas públicas, além de desresponsabilizar o Estado de parte de suas obrigações com os serviços sociais. (FREITAS, 2007, p. 133)

Nessa ótica, tais princípios gerencialistas que se coadunam com a lógica neoliberal que concebe a educação a partir de uma perspectiva de mercado, são facilmente identificados nas avaliações em larga escala realizadas em todo o país, visto ser comum que durante os períodos de preparação e realização dessas avaliações há um aumento explícito da competitividade entre escolas e até mesmos entre docentes, a busca incessante por parte dos atores educacionais pela eficiência e excelentes resultados, posto que é por meio destes resultados que as instituições educacionais recebem repasses estaduais concebidos como incentivos financeiros.

Dessa forma, o incentivo realizado pelo do governo para o alcance de melhores resultados, colabora para que o Estado seja desresponsabilizado e para que a incumbência pelos resultados obtidos recaia sobre os professores, gestores e funcionários. Além disso, estimula e reforça o individualismo por parte dos profissionais, na medida em que estes “[...] lutam isoladamente, as melhorias se tornam pontuais, aumentando a desigualdade dos serviços oferecidos em uma mesma rede de ensino” (Garcia; Nascimento, 2012, p.99).

SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ - SPAECE

O Ministério da Educação (MEC) aspirando averiguar a qualidade da educação brasileira, instituiu algumas avaliações nacionais em larga escala na educação básica que estimularam estados e municípios a implementar sistemas próprios de avaliação, dentre estes o Estado do Ceará, que estabelece a partir do ano de 1992, pela Secretaria de Educação (SEDUC), o SPAECE, com o objetivo de identificar o nível de proficiência dos alunos, bem como a evolução das turmas no decorrer dos anos. Compreende a avaliação de leitura dos alunos de 2º ano do Ensino Fundamental, conhecido por SPAECE-Alfa⁷; e para o restante dos níveis de escolaridade que são alunos de 5º e 9º ano do EF e 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, são avaliadas competências e habilidades das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

É relevante mencionar que o SPAECE, no aspecto avaliação de desempenho escolar, define-se como avaliação externa em larga escala, efetivada de forma censitária e universal, que contempla as escolas estaduais e municipais, utilizando testes, com itens elaborados por professores da rede pública, dispondendo como orientação os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do MEC e os Referenciais Curriculares Básicos (RCB) da SEDUC.

Esta avaliação está associada ao modelo político-econômico em que se encontra inserida, ou seja, é uma ação governamental planejada com o desígnio de impulsionar a economia. Pois, conforme Lima (2007) relata, numa sociedade capitalista, nota-se que persiste uma busca incessante para subordinar a educação às forças de produção, mais especificamente ao capital, isso em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. Ainda segundo Lima,

Durante a década de 90, três fatores são decisivos para a criação da avaliação macro, em larga escala: a ênfase na qualidade, tendo como eixo central a melhoria nos resultados escolares; a política de descentralização, redefinindo o papel do estado e das funções do poder público central e, por conseguinte, exigindo informações

⁷ Consiste em uma avaliação anual que busca identificar e aferir a habilidade de leitura de cada aluno

cruciais na reorientação dos padrões de financiamento e alocação de recurso; e a pressão social, no sentido de tornar pública e transparente a qualidade e excelência das instituições escolares. (LIMA, 2007, p 118)

Dessa forma, entendemos que as políticas de avaliação em larga escala visam diagnosticar as possíveis deficiências na aprendizagem dos alunos, assim como orientar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras com o intuito de melhorar a qualidade do ensino no país, passando a ser constituída como instrumento de controle social, vinculado às políticas públicas, com o objetivo de prestação de contas à sociedade sobre o desempenho e a qualidade dos serviços educacionais oferecidos, bem como forma de obter retorno dos resultados educacionais alcançados. Com isto, percebemos a real intenção do governo em investir nessas avaliações e exigir resultados satisfatórios.

Considerando a importância da avaliação externa como ferramenta eficiente de controle, a SEDUC amplia a partir de 2007 a dimensão do SPAECE. Dessa forma, a avaliação da alfabetização se expande de forma censitária para as três séries do Ensino Médio. Assim, de acordo com o Boletim Pedagógico de Avaliação (2008), sustentando três focos: SPAECE-Alfa (2º ano), que surgiu em decorrência da prioridade em alfabetizar as crianças já nos primeiros anos de escolaridade, assentada no Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC⁸); a avaliação do Ensino Fundamental⁹, com a intenção de diagnosticar a etapa de conhecimento em que os alunos se encontram e a evolução do desempenho desses; e a avaliação do Ensino médio, também realizada anualmente e de forma censitária nas três séries desta etapa de escolaridade, abrangendo todas as escolas da rede estadual.

O intuito desta avaliação é acompanhar o progresso de cada aluno ao longo do tempo, bem como, ter noção dos pontos fracos e fortes dos educandos. Outro aspecto é avaliar a competência dos professores e gestores dessas escolas (CEARÁ, 2008, p. 14). Entretanto, é factual que professores não considerem o SPAECE como forma eficaz de mensurar o desempenho escolar, uma vez que a mesma apresenta um formato bastante estático e não abrange a amplitude do meio educacional, sem levar em consideração as distintas formas de

⁸ O Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), regulamentado pela LEI Nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007, é uma política pública que passou a ser considerada prioritária do Governo do Estado em 2007. Objetiva oferecer aos municípios formação continuada aos professores e apoio a gestão escolar. Foi instituído com a meta de garantir a alfabetização dos alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública cearense.

⁹ Realizada nos anos finais de cada ciclo do Ensino Fundamental, ou seja, avalia alunos do 5º e 9º ano.

aprendizagem. Esta avaliação ocorre até então pela busca de resultados, sem ponderar o processo ensino-aprendizagem.

Assim sendo, o ato de avaliar não serve como intervalo para refletir a prática e retornar a ela, mas sim como meio para julgar a referida e torná-la estratificada conforme sua atribuição classificatória, colocando em questão a preocupação com os resultados em detrimento da ação-reflexão que deve ser feita pelo educador sobre o conteúdo a ser aprendido e o desempenho dos alunos.

[...] compreende-se que, embora a organização pedagógica da escola seja um processo amplo e que abarque todo o fazer pedagógico e cuja finalidade deve ser a construção de um contexto educacional dialético e transformador, o SPAECE, por meio das suas matrizes de referência para avaliação, tem fortes implicações nas realidades sociais e pedagógicas das escolas [...] (ARAÚJO E RIBEIRO, 2018, p. 215)

Em relação à competência dos alunos, que é medida através dessa avaliação, Silva *et al.* (2014, p.35) declaram que, conforme a matriz do SPAECE, “para uma escola ser considerada eficaz, ela deve proporcionar altos padrões de aprendizagem a todos, independentemente de suas características individuais, familiares e sociais”. Dessa maneira, a gestão escolar e demais profissionais da educação devem se mobilizar em torno dos objetivos dessa avaliação para que consigam melhores resultados, gerando, assim, alterações na rotina da escola que fica totalmente submissa a esses testes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início do formulário, buscamos conhecer a função do profissional dentro da escola, em linhas gerais, se atuava na posição de professor ou gestor, além da cidade de trabalho, bem como, as séries/anos cujo professor realizava suas atividades. Assim, ao final, quatorze dos quinze educadores que responderam ao questionário atuam como professores da educação básica, divididos entre as cidades já comentadas. Além disso, seis trabalham no 9º ano, três no 5º ano e apenas um do 2º, 6º e 8º, 4º, ensino médio e superior.

Posterior a essas questões, perguntamos aos educadores sobre a efetividade do SPAECE como instrumento avaliativo e obtivemos respostas bastante divergentes. Alguns docentes afirmam que essa avaliação “proporciona um diagnóstico conciso das habilidades de leitura desenvolvida pelos educandos” (P2¹⁰), assim como “avalia o nível de conhecimento de cada aluno e a qualidade da educação da escola e do município” (P4¹¹). Em contrapartida, um

¹⁰ Docente no 9º ano na cidade de Itaiçaba-CE

¹¹ Docente no 7º e 8º ano na cidade de Itaiçaba-CE

significativo número de professores não concebem esta avaliação como eficaz, um dos sujeitos da pesquisa denota que “a avaliação apresenta um formato bastante cristalizado e não respeita as diversas formas de aprendizagem” (P1¹²), visto que “possuímos inteligências múltiplas e não podemos definir o processo de ensino-aprendizagem por meio de uma avaliação como questões múltiplas” (P15¹³). As duas últimas considerações refletem e confirmam o seguinte pensamento de Fernandes e Freitas (2007, p. 21):

Se entendermos que os estudantes aprendem de variadas formas, em tempos nem sempre tão homogêneos, a partir de diferentes vivências pessoais e experiências anteriores e, junto a isso, entendemos que o papel da escola deva ser o de incluir, de promover o crescimento, de desenvolver possibilidades para que os sujeitos realizem aprendizagens vida afora, de socializar experiências, de perpetuar e construir cultura, devemos entender a avaliação como promotora desses princípios, portanto, o seu papel não deve ser o de classificar e selecionar os estudantes, mas sim o de auxiliar os professores e estudantes a compreenderem de forma mais organizada seus processos de aprender e de ensinar. Essa perspectiva exige uma prática avaliativa que não deve ser concebida como algo distinto do processo de aprendizagem. (FERNANDES E FREITAS, 2007, p. 21)

Ainda com relação a efetividade do SPAECE, um dos educadores complementa que esse modelo de avaliação fomenta “uma competição, não saudável, entre os municípios e as credes, levando a uma preocupação desnecessária com o prêmio escola nota 10 em detrimento do mais importante que é a aprendizagem” (P1).

A partir disso, percebemos que, comumente, a educação assume função de transmissora de conhecimentos acabados e que os alunos tornam-se reservatórios dessas informações. E por esse motivo, as avaliações externas constituem-se através de uma percepção seletiva, competitiva e classificatória (Araújo e Ribeiro, 2018, p. 219). Não obstante, mediante esse cenário

advoga-se aqui uma educação que se pautar na participação do indivíduo por completo - corpo e mente, razão e emoção, cérebro e espírito - de modo que, ao construir o conhecimento, use a razão, o sentimento, as emoções, as sensações e a intuição. Por isso, a escola deve assumir o desafio de suplantar a fragmentação, a compartimentação do saber e superar a ótica da educação em uma perspectiva de competitividade. Os discentes devem ser vistos como sujeitos do diálogo, da práxis, seres históricos, singulares, críticos e ativos, assim como construtores do conhecimento, esperançosos e intuitivos. E os professores? Eternos aprendizes, sujeitos históricos, de relações, orientadores e parceiros dos discentes, sujeitos de uma ação educativa crítica e reflexiva, assim como mediadores e articuladores do processo de ensino. (ARAÚJO E RIBEIRO, 2018, p. 218)

Em seguida, questionamos sobre o que, de fato, é avaliado no SPAECE e 75% dos profissionais da educação declararam, a partir de sua percepção, que o nível de proficiência dos

¹² Gestor(a) na cidade de Itaiçaba-CE

¹³ Docente no 9º ano na cidade de Itaiçaba-CE

alunos é medido através da avaliação. Também acreditam que a evolução do desempenho escolar dos alunos é verificada, uma vez que 56,3% professores fazem essa afirmação. Além desses campos, a proficiência e a prática pedagógica dos professores é elemento que 31,3% desses educadores consideram serem avaliados. Apenas 25% dos indagados evidenciaram que esse sistema de avaliação analisa a qualidade da educação, da escola e do município e 12,5% concordam que a performance da gestão pedagógica também se encontra entre os aspectos educacionais que são avaliados.

No formulário, indagamos também a respeito da possível mudança de rotina ocasionada pelo SPAECE e verificamos unanimidade entre as respostas obtidas. Visto que, 93,75 dos sujeitos que responderam à pesquisa afirmaram que sim, esta avaliação muda completamente a rotina escolar.

É corriqueiro a escola parar as suas atividades ou planejá-las de acordo com o calendário do plano de ação que é produzido exclusivamente para o SPAECE. (P1)

Sim. Durante o ano letivo, todos os projetos e atividades são voltadas para as turmas que são avaliadas pelas avaliações externas, oferecendo mobilizações, passeios, prêmios, simulados constantes, deixando as demais turmas fora desse processo diferenciado. (P9¹⁴)

Para 6,25%, a supracitada avaliação muda a rotina na medida em que “deixamos de lado a escrita, a gramática, a tabuada para dar lugar a uma aprendizagem acelerada para que todos descritores sejam vistos” (P7¹⁵), posto que, “a realização do SPAECE em algumas escolas são levadas como um ‘treino’ para acerto de questões e não ficam no verdadeiro trabalho que é o alcance de das competências e habilidades que os alunos devem dominar” (P5¹⁶).

À vista disso, é explícito que o funcionamento da escola ocorre em função do SPAECE e afeta todas as categorias, sobretudo, o que se refere ao processo didático. Através das respostas obtidas, ficou claro que o professor tem que adequar as aulas aos conteúdos programáticos do SPAECE baseados nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e conseqüentemente, desconsiderando as outras disciplinas, causando um esvaziamento teórico. Nesse contexto, a seguinte visão de Freitas (2014) se equipara ao que foi relatado pelos sujeitos acima:

Pressionado a garantir a aprendizagem em uma escola de tempo parcial e sem suporte adequado, o professor avança no tempo que deveria ser ocupado para ensinar outras disciplinas que não caem no exame, para poder dar conta daquelas que caem no exame. (FREITAS, 2014, p.1100)

¹⁴ Docente no 2º ano do Ensino Fundamental na cidade de Morada Nova-CE

¹⁵ Docente no 5º ano na cidade de São João do Jaguaribe-CE

¹⁶ Docente no 5º ano na cidade de Tabuleiro do Norte-CE

No final, ao serem questionados se acreditam que os conteúdos avaliados pelo SPAECE são suficientes para analisar a aquisição das aprendizagens que a escola deve garantir ao aluno, 66,7% dos participantes revelou que não totalmente, 6,3% afirmou que os conteúdos avaliados são suficientes e 31,3% afirma que os conteúdos avaliados não representam a integralidade de conhecimentos que deve ser garantida a todos os alunos. A este respeito, podemos constatar que, mesmo acreditando no caráter limitativo e reducionista do SPAECE, como foi permissível identificar em perguntas anteriores, muitos professores veem nele uma forma parcial de verificar o desenvolvimento e aprendizagens dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões e dos resultados obtidos através do questionário, é evidente que as avaliações ocupam um espaço muito privilegiado no âmbito educacional. Para além, é permissível afirmar que as mesmas servem como critérios para verificação da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, ocupando espaços essenciais para o planejamento das ações pedagógicas.

É pertinente refletir que esta avaliação por si só não é capaz de solucionar os problemas da educação. Porém, vale salientar que a referida propicia importantes elementos norteadores para o processo de intervenção e modificação da realidade educacional existente. Por se tratar de um sistema que obtêm dados para mensurar o desempenho escolar dos alunos conforme os parâmetros curriculares, bem como, usar esses resultados como aspecto determinante das políticas públicas.

Ademais, ficou perceptível que, atualmente, as avaliações externas no estado do Ceará têm modificado o ambiente e os conteúdos educacionais que, por sua vez, são direcionados aos testes que, supostamente, identificam a qualidade da educação e o nível dos conhecimentos do alunado. Entretanto, felizmente, para uma quantidade significativa de educadores, o SPAECE não é um efetivo medidor desses critérios, uma vez que não considera todos os fatores que intervêm no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Osmar Hélio Alves; RIBEIRO, Luís Távora Furtado. O SPAECE e o trabalho pedagógico das escolas Cearenses. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, [s.l.], v. 20, n. 1, p.211-226, 24 abr. 2018. Programa de Pós- Graduação em Educação – PPG. <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2018v20n1p211-226>.

CASTRO, Alda Maria Duarte. **Gerencialismo e educação:** estratégias de controle e regulação da gestão escolar. In: CABRAL NETO, Antônio et al. (Org.). Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília, DF: Editora Liber Livro, 2007.

CEARÁ. **Secretaria da Educação. SPAECE 2008.** Boletim Pedagógico de Avaliação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v.1 (jan./dez. 2008), Juiz de Fora, 2008 - Anual.

FERNANDES, Claudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Indagações sobre o currículo:** currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FREITAS, Dirce Ney Teixeira de. **Avaliação da educação básica no Brasil:** dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2007. (Coleção Educação Contemporânea).

FREITAS, Luiz Carlos. **OS REFORMADORES EMPRESARIAIS DA EDUCAÇÃO E A DISPUTA PELO CONTROLE DO PROCESSO PEDAGÓGICO NA ESCOLA.** Campinas, v.35, n.129, p.1085-1114, 2014.

GARCIA, Luciane Terra dos Santos; NASCIMENTO, Lenilton Batista do. O ESTADO-AVALIADOR E A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB). In: CASTRO, Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna (Org.). **Política Educacional: contextos e perspectivas da educação brasileira.** Brasília: Liber Livro Editora Ltda, 2012. p. 93-122

GATTI, Bernadette A. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **Sísifo:** Revista de Ciências da Educação, Lisboa, v. 9, p.7-18, ago. 2009. Disponível em: <<http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/144/243>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

GOMES, Izandra Falcão. **AVALIAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO: UMA ANÁLISE SOBRE O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ.** 2011. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2011.

LIMA, Alessio Costa. **O sistema permanente de avaliação da educação básica do Ceará (SPAECE) como expressão da política pública de avaliação educacional do estado.** 2007. 248 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2007.

SILVA, Lucilane Ferreira; SANTOS, Francisco Estevalde; EUZÉBIO, Jucileide de Carvalho; CARVALHO, Maria Gleide Pereira de. **GESTÃO ESCOLAR: DEMOCRACIA E MONITORAMENTO DOS PROCESSOS EDUCACIONAIS DA EEM JOÃO ALVES MOREIRA NO PERÍODO DE 2009 A 2012.** 2014. 56 f. Monografia do curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. Redenção, 2014.